O PROCESSO DE DISCIPLINARIZAÇÃO NA LINGÜÍSTICA

Karina Giacomelli (PPGL-UFSM)

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo tratar dos processos pelos quais se formam as disciplinas da lingüística na interface entre o conhecimento científico (aquele da pesquisa, da "invenção" dos saberes, como o mundo acadêmico) e o conhecimento escolar (aquele da transmissão dos saberes, do mundo escolar). Desse modo, o conceito de disciplinarização é entendido na interface (problemática) entre a constituição dos conhecimentos sobre a linguagem e as modalidades de sua circulação e apropriação. Na questão da transposição didática, sabe-se que há um deslocamento do discurso científico ao discurso pedagógico, ainda mais quando uma teoria ainda não se encontra finalizada, estando sempre sujeita a reformulações. Assim, dependendo do grau de amadurecimento, do tempo passado, a pesquisa pode estar mais ou menos presente no ensino. Interessa, então, saber como ela é apreendida por uma comunidade que além de pesquisadores são também professores, ou seja, como determinadas correntes da lingüística são selecionadas, tornam-se disciplinas e serão ensinadas, que recortes são necessários, quais simplificações devem ser feitas, ou ainda, quais serão excluídas e por quê. Tem-se, então, uma representação do saber sobre a ciência da linguagem que se articula a partir de uma dimensão que articula o discurso disciplinar àqueles que o precederam ou lhe são adjacentes, em uma dimensão temporal de retrospecção, delimitação sincrônica do campo e projeção.
PALAVRAS-CHAVE: lingüística, ciência, disciplinarização

1 Considerações iniciais

Para a definição de uma nova disciplina, são fundamentais os diversos componentes sociais, ideológicos, técnicos e teóricos que determinam sua produção e transformação. Por isso, enfocar o ponto de vista disciplinar requer que se apontem as dificuldades teóricas da constituição de um novo campo. Nesse sentido, sempre se deve ter atenção (1º) às diversas tentativas de teorizações da lingüística, ou seja, no modo como um determinado interesse de pesquisa acaba por se transformar em uma teoria, contribuindo para isso (2º) a maneira como os lingüistas colocam e resolvem os problemas de método e objeto; finalmente, (3º) não se pode deixar de considerar as concepções mais ou menos latentes do que é fazer ciência em um determinado período, que são informadas pelas diversas filosofias do conhecimento dominantes.

Na constituição de um campo de saber científico relativamente jovem, como é o caso da lingüística, depois de períodos[1] em que apenas uma tradição se colocava como hegemônica na pesquisa dos fenômenos de língua/linguagem, diversas definições e justificativas se impuseram para a instauração de novas orientações nos estudos lingüísticos.

[1] A saber, o método histórico comparatista e o estruturalismo.

É nesse sentido que, para o estabelecimento da área, o corte saussuriano, fundamentado nas definições das dicotomias[2] língua/fala e sincronia/diacronia, principalmente, deu à lingüística seu estatuto de cientificidade. Logo depois o gerativismo, também calcado em uma dicotomia - competência/desempenho -, consolidaria a "nova" disciplina como uma ciência. Da definição dos dois primeiros objetos, língua e competência, surgiram as duas orientações principais da implementação do saber moderno sobre a linguagem: o estruturalismo e o gerativismo. Assim, é o ponto de vista que vai delimitar o objeto, processo fundamental para formação de um campo e sua posterior divisão em disciplinas. Objetivos, objetos e métodos diferentes constituem as diferentes teorias lingüísticas, elas mesmas envolvidas em tensões em relação à definição de fronteiras, frente à diversidade dos fenômenos da linguagem a considerar (e, nesse caso, à recorrência a outros campos, exteriores à lingüística) ou dos próprios limites (mesmos objetos, metodologias compartilhadas, imbricamento de teorias, etc.).

1 Ciência, objeto, método

Pode afirmar-se que a lingüística se configura como uma ciência a partir do *Curso de Lingüística Geral* (CLG). Embora alguns autores da área coloquem o método histórico-comparativo como uma possibilidade de trabalho sobre a linguagem, com as características que se convenciona atribuir ao fazer científico (objetividade, rigor metodológico, neutralidade, etc.) ou mesmo que várias das proposições do *Curso* já fizessem parte da reflexão de autores anteriores a Saussure, o acontecimento que foi a tomada das idéias contidas no livro pelo Círculo Lingüístico de Praga é que propicia a solidificação e o alcance que terá o estruturalismo. Somente a partir dessa orientação a lingüística poderá reivindicar seu *status* científico, configurando-se no que se chegou a denominar "ciência-piloto das ciências humanas" (DOSSE, 1993).

A questão do *CLG* como definidor dos rumos da lingüística merece algumas considerações. Mesmo que uma ciência necessite, em princípio, de um precursor, que comece (ou continue, como Saussure), em um momento a pesquisar o mundo científico de um determinado ponto de vista, criando seu objeto. os caminhos para que essa via se disciplinarize não é um processo

[2] A questão do corte saussuriano não é consensual na lingüística, como se verá mais adiante. No entanto, quando admitida diz respeito ao arcabouço teórico, presente no *CLG*, que define, principalmente, a noção de sistema ou a teoria do valor. Os demais axiomas, segundo a maioria dos autores que discutem o corte (citados por Dosse, 1993), estariam apenas na continuidade de abordagens anteriores sobre os fenômenos da linguagem. Parece evidente, porém, que o estabelecimento do objeto língua e a orientação sincrônica são fundamentais para a consolidação da lingüística como disciplina científica.

simples nem rápido. Uma série de fatores contribui para que o novo possa se impor e conquistar a adesão de todo um grupo.

Nesse sentido, a história da lingüística se confunde com a história de Saussure. No trabalho do autor, desde os estudos de tradição comparativa até os cursos de lingüística geral, ministrados contra a sua vontade, estava a curiosidade sobre os parâmetros de cienticificidade de um campo de estudos, seus objeto, método, conceitos e fundamentos. Assim, tudo o que estava sendo pensado (ou gestado) durante os cursos vai se transformar na obra de maior importância para o surgimento de uma nova ciência, a lingüística.

O fato de Saussure não ter publicado o *CLG* vai ser decisivo para o desenvolvimento dessa ciência. Muito do que estava nos cursos, e que são característicos do que Chiss & Puech (1995, 1999) denominam mundo científico - questões incompletas, dúvidas, hesitações, reformulações entre idas e vindas -, não é transposto para o mundo do ensino, via manual. Neste, escolhas são necessárias, recortes devem ser feitos, dúvidas suprimidas, sob pena de se ter uma obra baseada em incertezas. Tal fato, além de não cumprir com as exigências de rigor e cienticificidade necessárias à época, não poderia servir de apoio a todo um grupo de pesquisadores que, posteriormente, se profissionalizaria como lingüistas.

Criou-se, então, mais que uma teoria fundadora, creditada a um autor, mas um livro fundador, cujo fato de ser editado a partir de notas dos alunos que assistiram ao curso, pelos discípulos de Saussure, foi decisivo para os rumos da Lingüística. Como esse livro não representa fielmente as idéias discutidas nos cursos, como o provam edições críticas posteriores, ou mesmo a publicação dos manuscritos e notas, criou-se, para a lingüística, uma fonte de referência que, mais do que a figura do fundador, apóia-se sobre a série de axiomas presentes no *CLG*.

Um deles vai ser fundamental para a multiplicação das teorias dentro de um campo que se pretendia, inicialmente, homogêneo: é o ponto de vista que cria o objeto. Desse modo, mesmo com a cisão inicial entre língua e fala e a eleição daquela como objeto de estudo da ciência da linguagem, estava posto o espaço para aquilo que não sendo mais do domínio fechado da língua, mas do universo aberto da fala, pudesse ser tratado pela lingüística. Essa disciplina iria se desenvolver, a partir de meio do século XX, entre a unidade (o estruturalismo, que veria seu auge e sua derrocada nos anos 60, e os formalismos, principalmente o gerativismo – com seus desenvolvimentos posteriores - e os chamados núcleos duros, como fonologia, morfologia,

sintaxe, semântica formal) e a diversidade, cujas escolas tinham como pretensão tratar aquilo que havia sido excluído na determinação do objeto lingüístico inicial.

Portanto, uma pluralidade de correntes vai se constituir do já havia mesmo sido definido pelo *CLG*. Porém, essa constatação não impediu que diversos embates se criassem dentro da lingüística, na qual a coexistência de tendências diferentes não se dá, quase sempre, de forma pacífica. Defender o seu ponto de vista e, conseqüentemente, seu objeto e método têm sido uma constante ao longo da história dessa disciplina.

Isso se deve, segundo Pêcheux (1998), à ferida aberta pelo ponto inaugural da lingüística enquanto disciplina autônoma, pois o corte saussuriano continua evanescente, uma vez que a ruptura nunca é efetuada. Foi isso que permitiu que as diversas teorias produzissem, em relação a ela, afastamentos e retornos, que ele denomina diásporas e reunificações. Para o autor, a série de retomadas do pensamento saussuriano acontece de duas formas: através das relações da lingüística com outras ciências, mas também ultrapassa o cenário dos fatos científicos, pois rompe com o desenvolvimento autônomo, retilíneo e cumulativo do conhecimento do objeto língua ou à redução da historia da lingüística a posições individualistas ou à oscilação arbitrária de modas intelectuais: "é preciso supor que essa disciplina está, de uma maneira que lhe é própria, exposta de seu próprio interior aos efeitos complexos do processo conjuntural histórico e político que constitui o espaço no qual sua história se produz" (idem, p.14). Desse modo, a questão de seu objeto não pode ser dissociada do embasamento através do qual se constitui e se transforma sua rede de alianças.

Para as disciplinas se instituírem no interior de uma ciência, como no caso da lingüística, por exemplo, é preciso, então, que elas se situem em relação ao campo, apreendendo os processos de formação das diversas áreas, resultado de uma conjuntura histórica que explica as tradições instituídas e as tendências a se formarem. Essas serão as bases para seu gesto inaugural, a exemplo do que aconteceu na ciência que as abriga: a definição de seu objeto frente às diversas formas de apreender o fenômeno complexo que é a linguagem.

2 O ponto de vista e a delimitação do objeto

O primeiro passo no esforço de elaboração de teorias é a identificação e delimitação do objeto de estudo. A descrição dos fenômenos, infinitamente complexos e variáveis, deve ser, no âmbito de uma determinada ciência, necessariamente finita. De fato, pode afirmar-se mesmo que

um dos princípios que caracterizou a lingüística contemporânea como uma disciplina científica consistiu na necessidade de estabelecer uma seleção dos elementos da realidade, definindo seu objeto.

Mas, no caso da lingüística essa é uma tarefa delicada, pois a linguagem é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento de análise. Dessa similaridade decorre a constante busca pelo estatuto de cientificidade que a lingüística sempre reivindicou: a necessidade de o lingüista utilizar o próprio objeto como instrumento de análise poderia fazer com que seu trabalho fosse visto como algo diferente das demais áreas científicas.

Desde a sua inserção no mundo acadêmico como uma área importante do saber, a lingüística procurou projetar-se como uma ciência, com todo o rigor que a palavra carrega. Por isso,

> a escolha da lingüística como 'rainha das ciências humanas' no início desse século deveu-se, em grande parte, ao enorme prestígio que a própria palavra 'ciências' adquirira junto às grandes massas de leigos, bem como à insistência por parte dos lingüistas em caracterizar sua área de estudo como uma ciência e assim distingui-la dos esforços de seus antecessores, entre eles filólogos e os gramáticos 'tradicionais'. Ou seja, ironicamente, a lingüística foi eleita como modelo para as demais ciências por adotar – ou melhor dizendo, *imitar* – os métodos das ciências exatas e se distanciar dos procedimentos mais comuns nas humanas. (RAJAGOPALAN, 2003, p.24).

Depois de uma tradição de séculos, nos quais os estudos lingüísticos estiveram atrelados a outras disciplinas, como a filosofia, a filologia ou a psicologia, a delimitação do objeto e, posteriormente, do método foi um movimento importante para a demarcação paradigmática na lingüística. E, como se sabe, extremamente bem sucedida, já que contribuiu também para a legitimação das demais áreas das ciências humanas e sociais, emprestando-lhes autonomia, credibilidade e soberania face às denominadas ciências exatas.

Dascal & Borges Neto (2004) apontam para a importância da reflexão sobre a definição do objeto para a lingüística, afirmando que essa questão "não pode ser deixada de lado por quem quer que deseje tomar consciência das opções subjacentes à prática de investigação lingüística", pois "não há um objeto natural delimitado anteriormente a qualquer opção ou trabalho teórico" (p.33). Qualquer ciência deve fazer reduções parciais da diversidade, ou seja, recortar o fenômeno observável da maneira que lhe pareça apropriada, definindo uma certa região da realidade e a tomando como objeto de estudos. Se, como defendia Saussure, "é o ponto de vista que cria o objeto", diferentes pontos de vista, com variados objetivos, criarão objetos distintos para a investigação. E são esses objetos que irão definir as opções metodológicas, determinando

também a estruturação interna das teorias. Assim, a "teoria vai identificar entidades básicas, a partir das quais vai atribuir propriedades aos fenômenos pertencentes ao campo e vai estabelecer relações entre eles, transformando o objeto observacional em objeto teórico" (idem, p.36). Mesmo que o objeto observacional seja, em princípio, o mesmo para todas as teorias, os objetos teóricos serão completamente diferentes; daí a diversidade teórica nas divergências metodológicas dentro de uma mesma disciplina.

Isso é muito claro na lingüística, na qual, diante da complexidade do objeto linguagem, não há como as teorias deixarem de fazer recortes: "qualquer tentativa de estabelecer '*o* objeto da lingüística' [é] eminentemente normativa, consistindo basicamente na seleção, até certo ponto arbitrária, de domínios privilegiados de objetos observáveis. Assim, para toda definição do objeto da lingüística apresentada, *n* outras definições possíveis seriam excluídas" (BORGES NETO, 2004, p.68).

Por isso, é necessário privilegiar um enfoque, ignorando os demais. Toda seleção implica em deixar algo de fora. Isso vai fazer com que toda abordagem pareça parcial e arbitrária, pois é impossível que se construa um objeto teórico que dê conta de todos os domínios possíveis de um campo complexo como a linguagem. Mas, se há uma diversidade de abordagens possíveis (um pluralismo teórico, como Borges Neto determina), o que fazer diante da pluralidade de teorias? Como avaliá-las? Existiria uma teoria melhor do que as outras? Como escolher entre elas?

Para o autor, a necessidade de se escolher uma determinada teoria em detrimento das outras vai ser sempre baseada em razões subjetivas. Desse modo,

> Na história pessoal de cada um, essa questão se resolve das mais diversas maneias: vou trabalhar com a teoria X porque é a única que conheço suficientemente; vou trabalhar com a teoria Y porque essa é a teoria que me permite obter financiamentos; vou trabalhar com a teoria Z porque é com essa teoria que o pessoal da universidade em que começo a lecionar trabalha; vou trabalhar com a teoria W porque essa é a teoria predileta do meu orientador; vou trabalhar com a teoria R porque é a teoria que mais me satisfaz ideologicamente... Eu poderia ficar dias falando de razões como essa para a escolha de teorias. Mas certamente, eu não poderia apresentar uma única razão racional, objetiva, universal, que permitisse a escolha. (idem, ibidem)

Borges Neto defende a introdução da dimensão subjetiva em um modo fazer ciência, na qual as teorias científicas são pensadas não como um modo de descrever uma realidade que existe além e independentemente dela - um modo objetivo, racional, que entende a ciência livre de uma visão particular de mundo. Quando se compreende a ciência como uma atividade humana de reconstrução da realidade, as teorias científicas são consideradas modos particulares, ideológicos

de ver a realidade. Ou seja, a linguagem humana não existe aprioristicamente. É preciso um lugar para olhar para ela, assumir uma determinada perspectiva. Desse modo, o objeto não vai ser o mesmo para todas as abordagens e "as várias alternativas teóricas são mais do que meras opiniões, são 'diálogos' particulares com um mesmo interlocutor – a realidade objetiva" (idem, p.81).

É nesse quadro que surge a noção de incomensurabilidade[3], ligada ao trabalho de T. Kuhn (1979) sobre as revoluções científicas, em que se questiona a objetividade e a racionalidade das comparações entre teorias e a possibilidade de traduções entre elas, isto é, de os mesmos termos passarem de uma a outra na explicação de fenômenos que, por vezes, seriam iguais. Isso não é possível porque cada teoria carrega a concepção da realidade que a sua comunidade científica focaliza, Portanto, as teorias nunca são neutras.

Colocando-se contra a suposição de K. Popper de que a escolha das teorias pode ser resolvida por técnicas semanticamente neutras[4], Kuhn defende que as mudanças de paradigmas fazem com que os cientistas representem de forma totalmente diferente os fenômenos da realidade observada. Para ele, o problema da escolha da teoria somente pode ser resolvido da seguinte forma:

> Tome-se um grupo de pessoas mais capazes com a motivação mais apropriada; adestrem-se essas pessoas em alguma ciência e nas especialidades pertinentes à escolha em perspectiva; incuta-se-lhes os sistema de valores e a ideologia vigentes em sua disciplina (e numa grande extensão em outros campos científicos também); e, finalmente, *permita-se-lhes fazerem a escolha* (idem, p.293). [grifo do autor].

O princípio da incomensurabilidade não parece ser de fácil aceitação no campo científico. A noção de revoluções científicas legou à ciência a idéia de que, se um determinado paradigma deixa de produzir as respostas necessárias para a explicação dos fenômenos, torna-se necessário um novo modo de apreender a realidade. Desse modo, o aparecimento do novo estaria ligado à crise, à falha do "velho". Isso fez com que o estabelecimento de outras correntes em uma determinada área do saber fosse entendido como a busca por um modo melhor, mais completo, mais adequado de pesquisa. Da mesma forma, as teorias, contrariamente à idéia de Kuhn,

---

[3] O princípio da incomensurabilidade evidencia que as teorias que se sucedem são incomensuráveis, incomunicáveis entre si, intraduzíveis uma na outra, podendo até mesmo se contradizerem.

[4] Segundo essa idéia, as conseqüências observacionais de teorias são expostas pela primeira vez num vocabulário básico partilhado, ainda que não completo nem permanente, e seriam os critérios de verdade e falsidade, a partir de alguma medida comparativa, que forneceriam a base para a escolha entre elas (Kuhn, 1979).

acabaram sendo comparadas, seus termos avaliados como mais corretos ou mais eficientes, mais adequados.

Na lingüística, essa questão foi particularmente problemática porque, após um período no qual se pôde pensar na mudança de paradigmas como um modo de se compreender as divisões da área, ou seja, uma teoria substituindo a outra, diversas orientações se estabeleceram, quase ao mesmo tempo, não mais como uma tentativa de substituição, mas simplesmente como a busca por questões que haviam sido deixadas de lado em escolas anteriores. E, muitas vezes, acabaram dando conta os mesmos fenômenos, sob perspectivas diversas, o que levou a nomenclaturas diferentes. Em muitos casos, porém, domínios foram avaliados e "condenados" por não considerarem problemas que não estavam postos como um objetivo a ser tratado. As várias teorias que passaram a fazer parte da ciência da linguagem marcaram seu espaço uma em relações as outras em divisões teóricas e institucionais bem mais complexas do que a noção de paradigma poderia prever.

3 As teorias lingüísticas

Para Rajagopalan (2003), as teorias refletem os anseios do momento histórico em que os pesquisadores as propõem e defendem. Mesmo naquelas que se pretendem isentas e neutras, podem ser encontradas propostas de cunho político-ideológico. O que leva o autor a questionar: "quais os motivos e programas secretos que estão por trás de certas teorias e que as ajudam a ganhar destaque e aceitação quase que instantâneos entre os membros da comunidade acadêmica e mesmo fora dela?" (p.18).

Como uma área de saber e de estudos, a lingüística é algo criado pelo homem e, como tal, responde aos anseios colocados a ele por uma determinada época. Assim,

> A constituição da lingüística enquanto área de estudo não está à mercê da natureza do objeto que ela estuda, a saber a linguagem humana. Enquanto área de estudo, a lingüística é, sempre foi e sempre será uma atividade humana na qual participam indivíduos com laços sociais, seus direitos e suas obrigações, e sobretudo seus anseios e interesses, que variam de acordo com o momento histórico em que se encontram (idem, p.44).

Formular teorias faz parte de uma prática social. São pessoas que fazem parte de comunidades específicas, como as acadêmicas, que as elaboram atendendo a certos interesses. Nesse sentido, a "confecção" de teorias é uma atividade que se processa sob determinadas

condições sociológicas muito precisas, refletindo os anseios e as inquietações que movem aqueles que estão por trás daquelas reflexões teóricas. É no campo da sociologia do conhecimento que se indaga a respeito das condições éticas, ideológicas e políticas que subjazem a determinadas posturas teóricas. Esse é o domínio no qual se quer se saber em que condições o novo saber se produz e se reproduz – quais recortes efetua e, ao fazer isso, quais exclusões ele legitima. Desse modo,

> estamos lidando não com a questão de como o saber caminha rumo à verdade das coisas, não obstante os percalços freqüentes, e sim com a questão de como os pesquisadores que compõem determinada comunidade científica organizam sua própria conduta, disciplinando seus membros, impondo limites a sua liberdade de ação e de pensamento, enfim, decidindo de antemão quais as perguntas procedentes que podem ser levantadas. (idem, p.47).

Quem observa a história das teorias lingüísticas, ou como usualmente são chamados hoje, dos paradigmas lingüísticos, sabe que elas variam de um momento histórico para o outro. Uma disciplina somente "emerge" e se mantém na medida em que consegue responder, inicialmente, às novas realidades que surgem no mundo em que vivemos e pelo interesse que ela evidencia em atender aos anseios e preocupações de cada época.

Segundo Dascal (1978, p.17),

> É prática corrente, no ensino de lingüística, apresentar-se ao estudante uma imagem mais ou menos monolítica e homogênea da ciência à qual é iniciado. Limita-se o ensino aos textos mais recentes da teoria considerada 'correta' pelos organizadores do currículo. As teorias rivais são simplesmente ignoradas ou então relegadas a um plano totalmente secundário, sendo interpretadas como 'desvios' sem importância da doutrina 'correta'. Além disso, raramente considera-se necessário apresentar esta doutrina dentro de uma perspectiva histórica. Nos raros casos em que isso é feito, os autores do passado são apresentados como meros 'precursores' da teoria presente favorecida.

O autor salienta que essa não é uma prerrogativa da lingüística – nas demais ciências, especialmente naquelas que acreditam já terem atingido a sua maturidade, essa é uma prática corrente. O interesse estaria em iniciar os novos aprendizes nos problemas, métodos e técnicas mais avançados para que eles possam produzir mais conhecimento, dando continuidade à produção científica da área. Esse tipo de processo é entendido no sentido de acumulação de conhecimentos, numa compreensão de ciência essencialmente linear.

Partindo dos postulados de Kuhn, Dascal (op. cit.) observa que os avanços científicos se dão a partir das revoluções, isto é, de uma sucessão de descontinuidades que rompem com os

métodos, teorias e critérios de solução de problemas comumente aceitos[5]. Como para o avanço da ciência é fundamental que se preservem alguns "interstícios" nos quais possam germinar novas idéias, é preciso até que se estimule o surgimento de pelo menos algumas "dissidências". E "um meio natural de se garantir isso parece ser o ensino, paralelamente ao da prática dominante aceita, de abordagens que dela divergem no presente ou que dela divergiram no passado" (p.18).

Para o autor, a investigação científica da linguagem humana sofreu um grande número de transformações, tanto nos métodos de observação e na análise de dados quanto na delimitação de seu objeto. Essas transformações não cessaram – ainda hoje teorias diferentes continuam disputando a primazia dentro da lingüística. E é justamente a evolução constante dessa disciplina que a torna, segundo Dascal (op. cit.), um campo privilegiado para o estudo das mudanças do pensamento científico. Isso indicaria, então, que ocorreram na lingüística várias revoluções científicas durante um período relativamente curto[6].

Na história da lingüística, há episódios que poderiam servir de ilustração para as teses de Kuhn. Dentro do seu período de maturidade científica, a lingüística histórica e comparativa, provavelmente, pode ser considerada o primeiro paradigma. A partir de Saussure (e do *Curso de Lingüística Geral*, principalmente) se daria a primeira ruptura – o estruturalismo, cujo domínio perdura até fins da década de 70. Com Chomsky, iniciar-se-ia um novo paradigma, o gerativo-tranformacional.

Com essa primeira divisão, alguns problemas se colocam. O primeiro é discutido pelo próprio Dascal: como "determinar se efetivamente a mudança que ocorreu na lingüística por volta de 1957 pode ser caracterizada – como se faz freqüentemente – como uma revolução científica no sentido de Kuhn"? Depois de analisar a natureza da oposição entre os dois paradigmas e a

---

[5] Para Kuhn (2003), o conhecimento científico não cresce de modo cumulativo e contínuo, mas por saltos qualitativos. Na evolução de qualquer ciência pode distinguir-se períodos relativamente longos de estabilidade – chamados de ciência normal - separados por períodos breves de instabilidade, crise e mudança – ciência revolucionária. No período normal, as atividades dos cientistas são regidas por um paradigma – conjunto de regras implícitas (princípios, teorias, conceitos básicos, metodologias) que regulam aspectos da atividade científica na busca pela solução de problemas, que se acumulam progressivamente. Os cientistas normais, que se unem em torno do mesmo paradigma, constituem-se em comunidades, partilhando instrumento e métodos de análise de acordo com o paradigma teórico escolhido. Tais comunidades científicas determinam as normas que devem ser seguidas por todos aqueles que desejarem a elas pertencer. Quando os resultados encontrados são contrários aos do paradigma, instaura-se um período de crise que pode ter duas soluções: transferir a anomalia para o trabalho do cientista – ele teria errado ao aplicar o paradigma – intensificando-se a investigação até que se obtêm novos resultados por meio de pequenos ajustes na teoria, harmonizando-a novamente com os dados encontrados; ou então, a anomalia pode persistir, colocando o paradigma em crise – começa então um período de ciência extraordinária, que pode culminar com uma revolução, na qual o paradigma anterior é substituído por um novo paradigma. Terminada a revolução, tem-se um novo período de ciência normal, em que o novo paradigma começa a ser articulado.

[6] Dascal se refere a meados do século XIX, período em que, para ele, a lingüística se auto-define como ciência, ainda que outros autores tentem localizar os antecedentes de teorias lingüísticas contemporâneas em épocas muito mais remotas.

transição de um para outro[7], o autor conclui que, embora com muitos elementos comuns, "as diferenças são suficientemente profundas para que se possa falar de um 'revolução chomskyana'" (p.29).

O segundo também é parcialmente abordado por Dascal. Diz respeito ao fato que "à revolução chomskyana, segundo o modelo de Kuhn, deveria seguir-se um período estável de 'ciência normal' sob a égide do novo paradigma. Entretanto, longe de viver hoje uma era de estabilidade e normalidade, a lingüística continua a ser convulsionada por controvérsias e debates violentos" (p. 30). No próprio paradigma chomskyano, que passou por várias modificações, não houve consenso, pois outros modos de se pensar a sintaxe apareceram, mas esse paradigma se mantém até os dias de hoje, mesmo com a revisão de muitos conceitos e a introdução de novas teorias, complementares à teoria geral. O que, então, formaria as modificações – meros ajustes na teoria ou haveria pequenas e grandes revoluções? São problemas que, para Dascal, se devem à imprecisão terminológica de Kuhn, principalmente em relação aos termos paradigma e revolução científica.

Em outra direção, pode-se indagar quão dominante teria sido o paradigma gerativista se, nos anos entre a publicação de *Syntactic Structures* (1957) e de *Aspects of the theory of sintax* (1965), Jakobson publica *Shifters, Verbal Categories, and the Russian Verb* (1957) e Benveniste, *De la subjetivité dans le langage* (1958), textos precursores das lingüísticas da enunciação e do discurso, que se estabeleceriam a partir dos anos 70. Do mesmo modo, em 1964, em um congresso na Universidade da Califórnia, a sociolingüística surge como uma nova área da lingüística e D. Haymes edita *Language in culture and socity*, coletânea dos principais artigos que marcaram a abordagem social e etnológica da linguagem, cujo "objetivo explícito é mostrar que o paradigma gerativo em fase de constituição deixa de lado numerosos fenômenos essenciais" (Auroux, 1998, p. 441). E, no mesmo ano, H. Weinrich publica *Tempus: besprochene und erzählte Welt*, uma das primeiras obras na busca por uma gramática textual. Embora não muitos, esses são exemplos significativos do que ocorria no estudo científico da área, à época.

No entanto, em relação ao paradigma gerativo, Camacho (1994, p.29), a partir do que defende Percival, sistematiza que

[7] Como as considerações do autor são extensas e não são particularmente importantes para este trabalho, remete-se ao seu texto (cf. referências bibliográficas) para que se verifiquem os pontos trabalhados. Por ora, interessa apenas a conclusão de Dascal sobre a possibilidade de aplicação da noção de paradigmas às teorias estrutural e gerativa.

> Ao menos na década de 60, essa teoria passou a ser o paradigma predominante e sua emergência recente conforma-se plenamente com o padrão de evolução da ciência, nos termos kuhnianos. É uma conquista de um único indivíduo que atraiu um número consideravelmente grande de seguidores, que deixaram o paradigma pós-bloomfieldiano, nos Estados Unidos, e o pós-saussuriano, na Europa. Os conflitos surgidos são indícios de que as posições eram de fato incompatíveis. Assim, a gramática gerativa parece ter os atributos que permitem caracterizá-la como um autêntico paradigma [ainda que apresente problemas em] sua dimensão social, já que não obteve consenso uniforme dos profissionais da área: por um lado, muitos continuam a investigar o campo teórico e metodológico de outras tendências, por outro, os próprios seguidores do paradigma chomskyano dividiram-se em escolas concorrentes.

A lingüística moderna parece ter encontrado sua maturidade científica na sucessão desses três paradigmas – e, mais particularmente, através dos dois últimos, inaugurando, efetivamente, uma tradição que respondeu à questão necessária da definição do objeto. Desse modo, embora por caminhos diferentes, ambos conduziram ao mesmo ponto – a definição do paradigma formalista dos estudos da linguagem. A língua (ou a competência) inicia uma tradição que não mais vai ser rompida pela idéia contida nas revoluções científicas de Kuhn. A emergência de várias teorias distintas nos anos 70 vai mostrar um novo perfil da lingüística – em vez de substituição, diversos campos vão coexistir, trazendo uma nova série de problemas para a evolução do conhecimento na área.

4 **A dicotomia língua/fala**

Segundo Ducrot (2001), se uma pesquisa empírica somente se torna ciência quando "constrói" seu objeto, Saussure foi um dos primeiros autores a distinguir o campo de investigações da lingüística, ou seja, sua matéria – que compreende o conjunto dos fenômenos ligados à utilização da linguagem - e seu objeto - setor ou aspecto desses fenômenos que interessaria ao lingüista. A este, Saussure denominou língua, àquele, fala. A oposição língua/fala é, então, o princípio que determina um objeto para a lingüística, tirado da matéria que é a linguagem como um todo. É o início de uma ciência lingüística autônoma, como aponta Lahud (1979), conquistada, entre outras coisas, graças a essa distinção.

No *Curso de Lingüística Geral*, marco inaugural de uma lingüística científica, observa-se que o autor, partindo de um conceito mais amplo – o de *linguagem* – busca definir o objeto da lingüística. Para Saussure (1980, p.16), "a linguagem apresenta um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro (...), implicando ao mesmo tempo um sistema

estabelecido e uma evolução". Esse conjunto heteróclito de formas é o que impossibilita à lingüística abordá-lo integralmente, uma vez que esta, para se estabelecer como ciência, deve procurar, na homogeneidade dos fenômenos que estuda, a regularidade de seu objeto. Por isso, "é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem" (p. 16).

Saussure definiu como objeto de estudo para a lingüística a *língua*, ao estabelecer a dicotomia língua/fala. Elegeu a primeira por seu caráter homogêneo, concreto, social, definindo-a como um conjunto sistemático de signos e oposta a segunda, que é individual, ficando, por isso, de fora dos estudos lingüísticos. Nas palavras do autor: "com o separar a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: 1º, o que é social do que é individual: 2º, o que é essencial do que é acessório e mais ou menos acidental" (idem, p.22). Delimita-se, portanto, um objeto científico – separando-se o que geral e social do individual - e um objeto especificamente lingüístico – separando-se o essencial do acessório. As variantes individuais são relegadas à fala, pois não podem ser tratadas sistemática e objetivamente. O que interessa é a relação interna dos signos do sistema lingüístico, sendo que não se coloca qualquer ligação entre esse sistema com o exterior ou com o sujeito, pois isso seria do domínio da fala.

Esse duplo movimento torna evidente que as exclusões constitutivas do objeto centram-se no sujeito falante, pois é na fala que está a consideração do falante que utiliza o código da língua. Assim, "a exclusão de toda atividade do sujeito falante da esfera coletiva do lingüístico e, conseqüentemente, a necessidade de escrever a língua sem referência alguma ao uso efetivo que dela é feito pelos locutores; tal parece-nos ser o princípio constitutivo fundamental, realizado pela oposição língua-fala da ciência saussuriana da linguagem". (LAHUD, op.cit., p. 96).

Desse modo, os fenômenos ligados ao momento da enunciação – remissão ao sujeito e à situação e a dimensão referencial – tornam-se apenas uma conseqüência segunda da utilização da língua, surgindo "ao nível do enunciado como meras incidências da própria realização" (idem, ibidem). A tarefa do lingüista seria neutralizar essas incidências, buscando identificar e classificar as unidades distintivas do sistema língua, bem como suas regras combinatórias: "o objeto dinâmico transforma-se, então, num modelo estático, pois busca invariantes, que constituem o sistema, e relega as variantes ao extra-sistêmico, colocando a estabilidade como elemento central da ciência da linguagem" (Fiorin, 2002, p.17). A escolha da língua respondia, naquele momento,

às exigências de cientificidade que se colocavam para a constituição de um objeto de ciência: ser delimitável e representável. No entanto, como indica Possenti (2001, p.8),

> O limite estabelecido por Saussure para a língua, se, por um lado, representou um posicionamento bastante conforme às exigências mínimas de cienticificidade, custou, por outro lado, a exclusão do objeto da lingüística de numerosos fenômenos que parecem ser de crucial importância, principalmente se a língua é entendida como meio de comunicação, porque é empiricamente evidente que os falantes não se comunicam por signos.

Nessa mesma direção, está a seguinte consideração de Fiorin (op. cit., p. 17):

> A estabilização do objeto produziu resultados consideráveis para a ciência da linguagem, pois permitiu entender os princípios que regem o sistema. No entanto, os modelos estáticos sobreorganizam o objeto e, por conseguinte, mascaram uma propriedade essencial da linguagem, seu dinamismo interno, pois eliminam de seu campo de estudo tudo o que seria do domínio da inconstância, da indecisão, da concorrência.

A decisão teórica pelo objeto língua era, no *Curso*, uma necessidade, mas representou uma redução no tratamento da linguagem, ao excluir os fenômenos referentes à fala. A escolha pela regularidade mais visível do sistema língua inaugura o que vai se tornar o tratamento imanente do objeto, ou seja, aquilo que nele existe, é-lhe interior, sem interferência de uma ação exterior.

A delimitação de um campo, entretanto, coloca, de imediato, dois problemas ao imanentismo. O primeiro diz respeito ao fato que, quando se fecham limites, também se revela uma exterioridade, deixando explícito aquilo que é recusado no interior. Isso abre a possibilidade de que se procure olhar mais atentamente os termos excluídos que, de fora do campo, tratados por outras disciplinas sem ainda o mesmo *status* de ciência, continuaram a esperar sua positividade, para a inclusão no objeto. Vão se ampliando as inconveniências que a lingüística não queria, mas já não podia evitar.

O segundo está contido no interior mesmo da delimitação e é conseqüência desse primeiro: definida uma área, muitos pesquisadores a ela se dedicam – o caso do sistema, depois estrutura, vai dar origem a uma disciplina que, embora tenha alcançado um sucesso sem precedentes na história das ciências humanas, estendendo até mesmo fora dos domínios da lingüística, acaba por ter seu método considerado excessivamente redutor e simplista, apesar dos notáveis avanços em diferentes campos teóricos. Foi assim que o trabalho com o já instituído e formalizado acabou fazendo com que as suas limitações fossem ficando cada vez mais evidentes, as “inconveniências” mostrando a existência sistemática na língua daquilo que a lingüística tentava deixar de fora de seu objeto.

Com o advento das exclusões, criava-se o espaço necessário para a sua reintrodução. São as próprias exclusões do sujeito falante, do contexto, da situação que instauram, segundo Lahud (op. cit, p.97) “a possibilidade de uma semântica propriamente lingüística”. Estava aberto o caminho que levaria à busca pelas regularidades da fala, pela transformação da língua em discurso, pelo tratamento do sentido, considerando o sujeito e o contexto; enfim, pela consideração do uso da linguagem. A lingüística, ao se fechar para se tornar científica, nesse mesmo movimento, instaurou a possibilidade do retorno.

5 Entre a unidade e a diversidade: a pluralidade

Segundo Maingueneau (1990), quem está no exterior do campo, coloca a lingüística como uma disciplina homogênea; já quem se define como lingüista sente uma grande dificuldade em controlar a unidade da sua própria área. pois ela lhe parece díspar. Tal acontece porque o campo lingüístico é radicalmente heterogêneo, organizado a partir de uma falha original entre língua e discurso.

Uma distinção usual, opondo uma definição epistemológica e uma institucional da lingüística, daria conta de uma lingüística de pleno direito, da língua saussuriana, a qual, por motivos institucionais, ligar-se-ia um certo número de disciplinas julgadas periféricas, aquelas da fala ou performance, hoje do discurso. Essa distinção, no entanto, de acordo com o autor, não permite compreender os conflitos que atravessam esse campo.

Para Maingueneau, o problema diz respeito ao surgimento de uma linha de clivagem quando se trata de dizer qual é o objeto da lingüística e quem tem o direito de reclamá-lo. Surge, então, uma separação entre a língua e o que se coloca no domínio do discurso, que não é transitória, mas que passa mesmo pelo interior da lingüística com a linguagem. Se é preciso administrar conceitualmente o problema posto por um objeto que parece se clivar quando se quer apreendê-lo, nem por isso se pode considerar a existência de dois objetos distintos e complementares, passíveis de duas disciplinas com fronteiras assinaláveis. Ou seja, não se pode falar de um interior e de um exterior da língua. A linguagem não é objeto de duas lingüísticas colocadas lado a lado, cada uma dando conta de uma parte dos fenômenos linguageiros: é a própria lingüística que se desdobra para analisar os ‘mesmos’ fenômenos. Não duas regiões complementares, mas duas línguas que se misturam e se repelem.

Embora poucos lingüistas da língua contestem a idéia de haver duas tendências, duas regiões no interior do campo lingüístico, muitos vêem, no estudo do discurso, uma espécie de retorno do recalcado, uma presença obstinada, às margens do sistema, de uma nebulosa de disciplinas que não aceitam sacrifícios em prol de elevar a lingüística ao regime de cienticificidade.

Distinguindo no campo lingüístico um plano gramatical e um plano hipergramatical, Maingueneau (idem, p.132) designa o primeiro como abordagem A – cujas disciplinas se distinguem em função de dois critérios: as divisões do objeto (sintaxe, fonética, etc.) e seu quadro axiomático (as diferentes teorias da gramática) - e o segundo, abordagem A', que tem suas disciplinas instáveis, já que cada uma define seu próprio território e sua abordagem. Isso faz com que elas, embora próximas, possam ter pressupostos teóricos, métodos e objetos diferentes, dependendo dos seus objetivos e do campo no qual estão inscritas.

O domínio de investigação da abordagem A é mais limitado, pois o espaço gramatical já foi exaustivamente estudado. O trabalho do pesquisador é menos introduzir novos problemas ou dados e mais construir outros modos de resolução no quadro do mesmo modelo ou propondo um novo. Já na abordagem A', o domínio de investigação é virtualmente ilimitado, nem tanto pelos problemas encontrados nos modelos, mas por motivos de ordem ideológica e pela conjuntura das ciências humanas – a escolha do objeto, os métodos e os conceitos se encontram em uma complexidade social e intelectualmente instável. Em decorrência disso, novas disciplinas podem surgir em função do corpus estudado e outras podem desaparecer quando cessar o interesse.

As múltiplas disciplinas da abordagem A' mantêm uma relação mimética com o seu objeto. Do mesmo modo em que se fragmentam em função das situações de enunciação, elas especificam seus momentos, seus lugares e seus sujeitos de enunciação (por exemplo, a análise de discurso de linha francesa – M Pêcheux - da UNICAMP, empreendida por E. Orlandi ou a semiótica narrativa e discursiva – A. J. Greimas - de J. L. Fiorin na USP). A variedade do uso da linguagem implica uma diversificação contextual de disciplinas que a tomam por sua responsabilidade. Por esse seu posicionamento histórico e social, elas mesmas são situadas no espaço das ciências humanas.

O conflito entre as duas abordagens em que se divide o campo lingüístico apresenta ainda um aspecto muito diferente quando se trata de atitudes minimalistas ou maximalistas. A abordagem A', minimalista, mantém uma relação de complementaridade com a abordagem A: ela

reconhece seu estatuto periférico e espera ter reconhecido seu direito de tratar um conjunto de fenômenos linguageiros que não são considerados pela abordagem A. Seria, então, para Maingueneau, um campo que se satisfaria com o seu papel *de lingüística da fala*. A maximalista, ao contrário, prende-se a todas as formas de oposição entre língua e discurso e visa a subverter o campo, desfazendo a oposição entre as abordagens A e A', considerada uma hierarquia indevida entre um centro e uma periferia.

O problema estaria, então, aqui, pois, por trás da consideração da divisão do campo lingüístico, haveria um conflito sobre a sua autonomia. Os maximalistas da abordagem A', ao negar a divisão, colocam a língua sob a dependência de um referencial de outra ordem. Outro problema é que os defensores da abordagem A', quer se trate de minimalistas ou maximalistas, estão em uma situação delicada, pois é a abordagem A que lhes confere autoridade de lingüista e também os marginaliza. Por isso, a condição de lingüista não é fácil: "il doit se résigner à partager la linguistique avec un autre, qui n'est ni un semblable ni un étranger ni même un véritable concurrent." (idem, p. 137). Por isso, a representação que os lingüistas da língua tem do campo é aquele de um centro oposto a uma periferia, mesmo que eles não saibam exatamente qual sentido dar a essa metáfora geométrica.

6 A proliferação de teorias

Segundo Maingueneau (op. cit.), a resposta à questão *qual é o objeto de estudo da lingüística?* dada pela definição *a lingüística é o estudo científico da linguagem humana* pretende dar por encerrado o debate sobre a natureza do objeto, deixando apenas em aberto o problema metodológico para garantir o estatuto de cienticificidade. Para Borges Neto (op. cit.), tal postura apresenta problemas que lhe questionam a validade.

O primeiro diz respeito à oposição *ciência vs. não-ciência*, relacionada ao objetivo da lingüística, assumido como o de fazer ciência. Para o autor, "a escolha de um objetivo relativamente à abordagem de um objeto determina, na verdade, uma visão, um modo de construir esse objeto. Ao escolher o objetivo fazer ciência, a lingüística propõe de fato um modo de construir ou conceber seu objeto, a linguagem" (p. 32).

O segundo ponto a ser discutido centra-se na questão do lugar da abordagem, na oposição *núcleo vs. periferia*. A lingüística, ao se erigir como a *ciência da linguagem*, assume um lugar

central em relação às demais abordagens, como a antropologia, a psicologia, a sociologia entre outras, tornadas então parciais ou periféricas. Para o autor, “essa diferenciação do estudo (científico) da linguagem em um núcleo e uma periferia contém, implicitamente, uma definição do *objeto* de estudo” (idem), que não pode ser deixada de fora do debate.

Finalmente, Borges Neto considera que tanto a concepção do empreendimento científico em geral quanto da concepção de método e objeto em uma ciência particular estão em constante evolução histórica. Assim, quer se conceba tal evolução como linear e cumulativa, quer como uma sucessão de revoluções científicas (como proposto por Thomas Kuhn), é claro que não se pode tomar por fixo o conceito de ciência, tampouco a caracterização do objeto de cada ciência. Por conseguinte, também as oposições ciências vs. não-ciência e núcleo vs. periferia em cada área variam historicamente. (p. 33).

Uma disciplina, “ao nascer” reivindica uma identidade própria, processo no qual seus defensores têm a tarefa de apontar razões que justifiquem a necessidade de um novo campo, diferente dos demais que o circundam. Trata-se, em um primeiro momento, de uma reivindicação de autonomia, que somente ocorre com “um grito de independência e separação definitiva do campo de estudos que abrigava até então” (Rajagopalan, op. cit. p. 72). Em um segundo momento, depois de estabelecida no cenário acadêmico como uma disciplina independente das demais, começa-se a demarcar suas linhas fronteiriças, num movimento em que há a necessidade de manter a sua integridade tanto repelindo ataques de fora da área como os oriundos do lado de dentro. Isto é, é preciso “cercear os trabalhos que são desenvolvidos dentro dos seus limites, estabelecendo para tal fim um conjunto de critérios que serão utilizados para decidir se uma determinada proposta, digamos de cunho teórico, cabe ou não dentro dos limites estabelecidos para o campo” (p. 73).

Quando se descreve dessa forma o surgimento das diversas disciplinas dentro de um determinado campo do saber científico, não se pode mais defender a concepção de Kuhn de paradigmas que se sucedem, um novo substituindo o antigo. Ao contrário, aqui a idéia é que diversas teorias convivem em um mesmo terreno. A partir disso, pode entender-se melhor o desenvolvimento da lingüística no período pós-chomskyano, no qual uma variedade de

disciplinas surgiu. Ou melhor, uma proliferação de teorias, nos termos de Feyerabend[8] (1979, 1989).

Essa noção surge, na teoria do autor, em oposição à representação da ciência como sistema único, pois o conhecimento científico deve se constituir a partir da multiplicidade de métodos, de experiências e com a concorrência de fatores culturais, históricos e subjetivos. Já que muitas das propriedades formais mais importantes das teorias são descobertas por contraste e não por análise, um cientista tem que introduzir outros pontos de vista, ou seja, comparar suas idéias com outras, e não ter como referência somente a experiência. Isso significa adotar uma metodologia pluralista, na qual ele vai incorporar, em vez de excluir, outros pontos de vista que não seriam considerados em uma "competição".

Feyerabend aponta que os argumentos em favor da proliferação de teorias dizem respeito ao fato de que (1) a comparação entre teorias não pode efetuar-se a partir dos termos verdade e falsidade e (2) toda teoria possui seu próprios métodos, que não podem ser submetidos à avaliação a partir de outras teorias. Assim, cada campo tem seus próprios critérios internos de validação e eles são definidos pela especificidade de cada processo e de cada investigador. Por essa razão, não é possível falar de uma teoria da ciência, já que a ciência é um processo que irá se redefinindo permanentemente na prática social. A ciência será entendida, pois, como multiplicidade, relacionando uma perspectiva pluralista em torno do método.

Para o autor, a existência de um discurso único sobre a ciência não é capaz de explicar o trabalho científico real, que tem muito de caótico e imprevisível, um modo de agir que pode ser definido como anarquista. A história da ciência mesmo mostra muitos acontecimentos imprevisíveis, que foram reduzidos a regras uniformizantes. O intento por uniformizar a ciência não dá conta do trabalho que o cientista realiza, no qual ele age como um "oportunista metodológico", disposto a transitar pelos diversos caminhos possíveis para alcançar seus objetivos em cada situação particular.

A educação científica, no entanto, é um dispositivo de reprodução da atitude reducionista, procedendo a partir da delimitação de um domínio de investigação em que se isola uma parcela do conhecimento ao qual se confere uma lógica própria. Ao uniformizar suas ações, esse domínio faz com que o processo histórico de sua constituição seja apresentado a partir de "feitos" estáveis

[8] Considerando-se a complexidade da obra do autor, a exposição a ser feita aqui toca apenas nos (poucos) pontos necessários para sustentar a idéia de que a lingüística se configura atualmente não somente a partir de uma proliferação de teorias, evidenciadas na multiplicidade de tendências ou escolas, mas também através de correntes "híbridas" que recorrem a diferentes teorias e métodos para delinear sua disciplina. Tais considerações serão necessárias para a análise dos manuais, no terceiro capítulo.

que parecem manter-se, apesar das contingências do fazer científico, marcado, a maior parte das vezes, por enganos, desvios, respostas não esperadas. Para tornar efetivo tal procedimento, tudo o que pode mostrar as descontinuidades (e os contextos sócio-históricos) não é considerado, de maneira que os feitos científicos aparecem como independentes da opinião e crenças. Surge daí a tradição científica, baseada na eventual existência de regras estritas.

Para Feyerabend, porém, a ciência é uma construção efetuada em um contexto específico; por isso, não se pode perder de vista que ela é uma criação de seres humanos concretos que vivem em uma época determinada, cuja produção está carregada de valorações e juízos de valor básicos, aceitos pela elite científica. Trata-se de uma construção discursiva que, mesmo realizada a partir de uma determinada tradição, não deixa de tornar possível transformar as condições em que circula o discurso dominante. Historicamente, aponta o autor, regras do método científico foram infringidas, e princípios que apareciam como obrigatórios no nível discursivo terminaram sendo transgredidos na prática científica real. É justamente a ruptura com os estatutos regimentais do proceder científico que constitui uma condição necessária para o progresso do conhecimento, já que o processo de construção do saber enfrenta sempre uma realidade complexa que não pode ficar limitada por procedimentos predeterminados. Ao mesmo tempo, considera que grande parte das regras tem um efeito empobrecedor e não produz resultados fecundos. Por essa razão, a ciência deve constituir-se sem confiar em um único método, concebido como seguro e estável.

Isso não significa, entretanto, que a investigação não conte com princípios orientadores. Segundo o autor, devem existir critérios: aqueles que derivam do próprio processo de investigação e não de concepções abstratas da racionalidade. É preciso deixar de compreender a investigação científica como um todo e assumi-la em sua dimensão fragmentária. A ciência não é unidade, mas multiplicidade e até mesmo o menor de seus domínios possui aspectos diversos. A ciência é múltipla, seus métodos são necessariamente diversos, pois seu trabalho orienta-se na resolução de problemas de acordo com os meios disponíveis para a investigação. O método não é uma coisa exógena a ser seguido apesar das condições em que se dá a investigação. Ao contrário, deve ser gerado pela situação específica de um problema no âmbito ao qual o cientista decide recorrer. Não existe um método científico, mais muitos, que procedem da diversidade das condições nas quais se realiza o trabalho do cientista. Como conseqüência, os métodos serão reinventados em cada prática científica singular e os resultados obtidos não surgirão de um

método universal e estável. O método científico será uma construção discursiva constitutiva e a imagem e a representação da ciência.

Considerações finais

A teoria de Feyerabend mostra que a noção de paradigma, que parece explicar relativamente bem os primeiros desenvolvimentos da lingüística, não pode mais ser aplicado quando se pensa na diversidade de teorias que surgem logo após o advento do gerativismo. A defesa do autor em transformar os efeitos do discurso da ciência em menos imperativos e rígidos e mais abertos à multiplicidade, leva a se estabelecer um critério de eleição entre teorias diversas dado por convenção, a partir de uma teoria pragmática de observação, que terá a vantagem de gerar um conhecimento sempre suscetível de ser revisado. Introduz-se, assim, a necessidade de incorporar a dimensão subjetiva na análise dos processos de construção do conhecimento, bem como no desenvolvimento da ciência, considerando que esta é uma construção feita em condições específicas com uma dada historicidade e uma dada contingência.

Desse modo, considerar a pluralidade no interior de uma ciência significa admitir que vários caminhos são válidos para se tratar o conhecimento e não há um melhor do que o outro. Se, como defende o autor, não há uma única metodologia para a ciência, não pode haver uma única metodologia para uma determinada ciência, considerando-se seu interior. Entender a divisão da lingüística a partir do pluralismo teórico é compreender que são justamente as diversas correntes que permitiram o progresso da lingüística e que, nesse processo, as disciplinas que dela fazem ou fizeram parte não são dogmas definitivos ou devem ter suas fronteiras claramente delimitadas e fechadas; do mesmo modo, torna claro que não existe uma teoria melhor ou mais completa do que outra; todas têm limitações; por isso, não convém tomá-la como verdade absoluta ou julgar outras a partir dela. Uma ciência, e aqui a lingüística especificamente, não pode aceitar a hegemonia de uma teoria sobre outra, sob pena de estar trancando o conhecimento na área, como fez, por exemplo, o estruturalismo (e, em certa medida o saussurismo) durante várias décadas do século XX.

Referências bibliográficas

BORGES NETO, J. O pluralismo teórico na lingüística. In: BORGES NETO, J. **Ensaios de filosofia da lingüística**. São Paulo: Parábola, 2004.

CHISS, J.-L. e PUECH, C. Saussure et la constitution d'um domaine de mémoire pour la linguistique moderne. **Langages**, Paris, n. 114, p. 41-53, jun. 1994.

___. La linguistique structurale, du discours de fondation à l'émergence disciplinaire. **Langages**, Paris, n. 120, p. 106-126, dec. 1995.

___. **Le langage et ses disciplines** – XIX – XX siècles. Paris/Bruxelles: Duculot, 1999.

DASCAL, M. As convulsões metodológicas da lingüística contemporãnea. In: DASCAL, M. (org.). *Fundamentos metodológicos da lingüística*. Vol.1. São Paulo: Global, 1978.

____ & BORGES NETO. De que trata a lingüística afinal? In: BORGES NETO, J. **Ensaios de filosofia da lingüística**. São Paulo: Parábola, 2004.

DOSSE, F. **História do estruturalismo**. v 1 O campo do signo. São Paulo: Perspectiva, 1993.

DUCROT, O. Língua e fala. In: DUCROT, O.; TODOROV, T. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. 3. ed. São Paulo. Perspectiva, 2001

FACUSE, M. Una epistemología pluralista: el anarquismo de la ciencia de Paul Feyerabend. **Cinta de Moebio**, Santiago do Chile, n. 17, set., 2003

FEYERABEND, P. Consolando o Especialista. In: LAKATOS, I. e MUSGRAVE, A. **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. Quarto volume das atas do Colóquio internacional sobre Filosofia da Ciência, realizado em Londres em1965. São Paulo: Cultrix/Editora da USP, 1979.

___. **Contra o método**: esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

___. Adeus à razão. Lisboa: edições 70, 1991.

FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

KUHN, T. S. Reflexões sobre os meus críticos. In: LAKATOS, I. e MUSGRAVE, A. **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. Quarto volume das atas do Colóquio internacional sobre Filosofia da Ciência, realizado em Londres em1965. São Paulo: Cultrix/Editora da USP, 1979.

___. **A estrutura das revoluções científicas**. 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LAHUD, M. **A propósito da noção de dêixis**. São Paulo: Ática, 1979.

MAINGUENEAU, D. L'unité de la linguistique. **D.E.L.T.A**., São Paulo, v. 6, nº 2, p. 127-137, ag. 1990.

PÊCHEUX, M. Sobre a (des)construção das teorias lingüísticas. **Língua & instrumentos lingüísticos**. Campinas, nº 2, p. 7-33, jul./dez., 1998.

POSSENTI, S. **Discurso, estilo e subjetividade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma lingüística crítica:** linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.

SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1980

TEIXEIRA, M. **Análise do discurso e psicanálise**; elementos para uma abordagem do sentido no discurso. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000